Ao dia oito do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às treze horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Trânsito, com a presença de seus membros e convidados, para tratar de assuntos relacionados ao trânsito, mobilidade urbana, segurança pública e demais demandas de interesse do município.

Dando início aos trabalhos, **Johnny** apresentou a questão referente à nova legislação municipal que estabelece a necessidade de divulgação das atas, composição dos conselhos, calendário das reuniões e demais informações pertinentes no site oficial da Prefeitura. Durante a discussão, foi levantada a necessidade de definir quais informações deverão ser disponibilizadas, especialmente quanto aos dados de contato dos conselheiros, sendo manifestado o entendimento de que devem ser priorizados os contatos institucionais ou funcionais, preservando-se os dados pessoais dos integrantes. Também foi destacado que as atas e as resoluções aprovadas deverão ser publicadas dentro do prazo estabelecido pela legislação. Como encaminhamento, ficou definido que será verificado junto à **Soênia** e à Administração Municipal o procedimento adequado para o cumprimento da nova legislação, bem como serão encaminhadas as informações necessárias para a publicação no site oficial.

Na sequência, **Johnny** apresentou a questão referente ao convite aos vereadores para participação nas reuniões do Conselho Municipal de Trânsito. Foi proposta a elaboração de ofício destinado à Câmara de Vereadores, contendo o calendário das reuniões até o final do ano e formalizando o convite para participação dos vereadores como convidados. Os membros presentes aprovaram a proposta por unanimidade. Ficou ainda definido que, ao final das próximas atas, deverá constar o registro de que o convite foi oficialmente encaminhado à Câmara de Vereadores, permitindo documentar a participação ou ausência dos representantes convidados nas reuniões.

Em seguida, **Brolesi** apresentou a situação dos estacionamentos da **Casa do Doce**. Foi retomada a discussão sobre a necessidade de utilização e divulgação do estacionamento localizado nos fundos do estabelecimento, buscando diminuir a quantidade de veículos estacionados na parte frontal e melhorar a circulação na via. Foi lembrado que, em reunião anterior, havia sido acordada a elaboração de um ofício à Casa do Doce, porém o documento ainda não havia sido encaminhado. Diante disso, ficou definido que será elaborado e enviado ofício ao estabelecimento, solicitando que sejam adotadas formas de divulgação do estacionamento existente nos fundos, inclusive por meio de placas, outdoor ou outros meios que possibilitem aos clientes identificar e utilizar o espaço disponível.

Na continuidade dos trabalhos, **Johnny** apresentou relatório e esclarecimentos referentes à reunião realizada com os moradores da região da **Rua da Casa do Doce**, tratando especialmente da alteração do sentido de circulação da via. Foi relatado que, durante a reunião com os moradores, foram apresentadas diferentes alternativas e que, após as discussões, a maioria dos participantes votou favoravelmente à implantação de sentido único no trecho compreendido entre as proximidades do Posto de Saúde e a região do Auto Posto e da Casa do Doce. Ficou acordado que a alteração será implantada inicialmente

pelo período de **60 dias**, como período experimental, para avaliação dos resultados e da adaptação da comunidade, podendo posteriormente ser reavaliada. Também foi esclarecido que a implantação deverá ser precedida da devida sinalização e divulgação à população, para que os usuários tenham conhecimento da alteração antes do início da sua vigência.

Durante essa mesma discussão, foi ressaltada a importância de manter a organização dos estacionamentos e garantir o acesso aos imóveis existentes no trecho. Também foi retomada a necessidade de incentivar a utilização dos estacionamentos da Casa do Doce, razão pela qual o encaminhamento referente ao ofício ao estabelecimento permanecerá como medida complementar à alteração do sentido da via.

Na sequência, a **Cristine da CDL** apresentou a situação dos veículos expostos para venda por estabelecimentos comerciais, especialmente aqueles colocados em vagas de estacionamento ou sobre áreas destinadas ao uso público. Os participantes destacaram que a utilização das vagas para exposição de veículos prejudica a disponibilidade de estacionamento para os demais usuários e podwe caracterizar utilização irregular da via pública para exposição ou depósito de mercadorias. Durante a discussão, foi citado o **artigo 245 do Código de Trânsito Brasileiro**, além de dispositivos relacionados ao estacionamento e à utilização irregular da via. Foi ressaltada a necessidade de observar a sinalização existente e as regras de estacionamento, inclusive nos casos em que os veículos são colocados sobre cavaletes ou suportes para exposição. Como encaminhamento, ficou definido que a situação deverá ser tratada inicialmente com orientação aos estabelecimentos e, havendo descumprimento das regras e da sinalização existente, deverão ser adotadas as medidas de fiscalização e notificação cabíveis.

Posteriormente, **Brolesi** apresentou a proposta relacionada à **segurança pública e à reativação das câmeras de monitoramento existentes no município**. Foi informado que existem diversas câmeras instaladas que atualmente não estão em funcionamento e que há interesse em reativar gradativamente o sistema, inclusive com a possibilidade de ampliação do número de equipamentos. Foi discutida a utilização das câmeras tanto para auxiliar a segurança pública quanto para apoiar as atividades da Defesa Civil, especialmente em pontos estratégicos do município. Também foi abordada a possibilidade de criação de um ponto de monitoramento, com equipamentos e pessoal responsável pelo acompanhamento das imagens.

Ainda sobre o assunto, foi informado que o município possui atualmente câmeras OCR para identificação de veículos e que estão sendo realizados procedimentos para futura ampliação do sistema, inclusive com a possibilidade de implantação de câmeras de reconhecimento facial por meio de adesão a ata da Polícia Militar. Foi ressaltada, entretanto, a necessidade de haver pessoas responsáveis pelo monitoramento, uma vez que a simples instalação dos equipamentos não garante o acompanhamento das ocorrências. Como encaminhamento, ficou definido que **Brolesi dará continuidade às tratativas relacionadas à segurança pública e à reativação das câmeras**, devendo posteriormente apresentar a situação ao Conselho de Segurança Pública e verificar, junto aos órgãos responsáveis, a estrutura necessária para o funcionamento do sistema.

Por fim, **Jhonny** apresentou a questão referente à **Semana do Trânsito**, prevista para o mês de setembro. Foi ressaltada a necessidade de iniciar antecipadamente a organização das atividades, considerando que o Conselho realiza apenas uma reunião mensal. Entre as propostas apresentadas, foram discutidas ações educativas em escolas, participação da Polícia Militar e de outros órgãos, realização de palestras, utilização de veículos envolvidos em acidentes para demonstração dos riscos do trânsito e atividades voltadas a diferentes faixas etárias. Também foi sugerida a abordagem de temas como direção sob influência de álcool, uso do celular ao volante, imprudência e segurança de bicicletas e bicicletas elétricas.

Durante a discussão, foi destacada a importância da participação da **Secretaria de Educação**, uma vez que grande parte das ações deverá ser realizada junto às escolas. Também foram mencionadas possíveis parcerias com a Polícia Militar, SENAI, PRF e demais instituições que possam contribuir com palestras e atividades educativas. Como primeiro encaminhamento, ficou definido que será realizado contato com a Secretaria de Educação para verificar a disponibilidade e o interesse em participar da programação, bem como serão buscadas outras instituições e parceiros para complementar as atividades. As propostas deverão ser organizadas e apresentadas na próxima reunião, para definição da programação da Semana do Trânsito.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata para registro das discussões, deliberações e encaminhamentos realizados, a qual, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.